

RAIZES DO BRASIL, 1936: UM ENSAIO HISTÓRICO

RAÍZES DO BRASIL, 1936: A HISTORICAL ESSAY

RAÍZES DO BRASIL, 1936: UNO ENSAYO HISTÓRICO

---

Claudinei Magno Magre Mendes

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor visitante da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: [mendes.claudinei@gmail.com](mailto:mendes.claudinei@gmail.com).

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi55.55290>

*Recebido em 18/08/2020*

*Aceito em 19/09/2020*

### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a primeira edição de *Raízes do Brasil* como um ensaio histórico. Diante da inexistência de uma definição deste gênero literário, buscamos compreendê-lo por meio de uma comparação da obra com *Retrato do Brasil*, outro dos mais expressivos ensaios históricos. Resultou da comparação a percepção de que os dois têm uma estrutura comum. Com efeito, pode-se dividir ambos os textos em quatro partes distintas com diferentes funções: uma constatação, uma tese, uma demonstração e uma conclusão. Verificamos, além disso, que forma e conteúdo não podem ser desvinculados no estudo do ensaio histórico. Mais do que isso, a forma subordina o conteúdo. Em decorrência, postulamos que não se pode compreender o conteúdo sem levar em conta a forma. Na análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda, chamamos a atenção para uma linha de continuidade entre seus primeiros escritos, no início da década de 20, sua militância modernista e seu envolvimento com o irracionalismo, especialmente com o de Ludwig Klages, filósofo alemão. Ao final, discutimos o propósito de *Raízes do Brasil*.

**Palavras-chave:** Sérgio Buarque de Holanda; Modernismo; Irracionalismo.

---

### Abstract

This article aims to analyze the first edition of *Raízes do Brasil* as a historical essay. In the absence of a definition of this literary genre, we seek to understand it by comparing the work with *Portrait of Brazil*, another of the most expressive historical essays. The perception resulted from the comparison that the two have a common structure. Indeed, both texts can be divided into four distinct parts with different functions: a finding, a thesis, a demonstration and a conclusion. We also verified that the form and content cannot be separated in the study of the historical essay. More than that, the form subordinates the content. As a result, we postulate that content cannot be understood without regard to form. In analyzing the work of Sérgio Buarque de Holanda, we draw attention to a line of continuity between his early writings, in the early 1920s, his modernist militancy and his involvement with irrationalism, especially with Ludwig Klages, a German philosopher. At the end, we discussed the purpose of *Raízes do Brasil*.

**Keywords:** Sérgio Buarque de Holanda; Modernism; Irrationalism.

---

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la primera edición de *Raízes do Brasil* como ensayo histórico. A falta de una definición de este género literario, buscamos comprenderlo comparando la obra con *Retrato de Brasil*, otro de los ensayos históricos más expresivos. La percepción resultó de la comparación de que los dos tienen una estructura común. De hecho, ambos textos se pueden dividir en cuatro partes distintas con funciones diferentes: un hallazgo, una tesis, una demostración y una conclusión. También comprobamos que la forma y el contenido no se pueden separar en el estudio del ensayo histórico. Más que eso, la forma subordina el contenido. Como resultado, postulamos que el contenido no puede entenderse sin tener en cuenta la forma. Al analizar la obra de Sérgio Buarque de Holanda, llamamos la atención sobre una línea de continuidad entre sus primeros escritos, a principios de la década de 1920, su militancia modernista y su implicación con el irracionalismo, especialmente con Ludwig Klages, un filósofo alemán. Al final, discutimos el propósito de *Raízes do Brasil*.

**Palabras clave:** Sérgio Buarque de Holanda; Modernismo; Irracionalismo.

---

### Introdução

O propósito deste artigo é examinar a primeira edição de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, entendendo-a como um ensaio, mais precisamente como um ensaio histórico. A referência à obra como ensaio, simplesmente, não constitui novidade: já aparece na ocasião de seu lançamento em outubro de 1936. No prefácio, lançando-a e, ao mesmo tempo, apresentando-a como o primeiro livro da série “Documentos Brasileiros” da Livraria José Olympio Editora, Gilberto Freyre (1936) arrola, entre a variedade de trabalhos a ser publicados, a *interpretação sociológica na forma de ensaio*, certamente se referindo, entre

outras, à obra em questão. Ainda nessa ocasião, diversos comentaristas classificaram-na como tal: é o caso de Amaral Júnior (1936), de Barreto (1936), que fez uma boa síntese dela, de Vasconcellos (1936) e de Sousa (1936), que a qualificou como um ensaio político.

Escolhemos a primeira versão como objeto de estudo porque, na segunda, lançada em 1948, Sérgio Buarque promoveu alterações significativas, justificando-as por mudanças em suas opiniões. Em suas palavras: “(...) este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que, em muitos pontos, deixaram de satisfazer-me.” Prossegue: “Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto — mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo — não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância” (HOLANDA, 2016, p. 347. Grifos nossos). Comparando as duas primeiras edições, quando se verificou “O grosso das mudanças de *Raízes do Brasil* (...)”, Eugênio (2011, p. 37) observa que Sérgio Buarque reformulou (ou trocou) trechos “(...) que ganham sentido oposto ao que tinham na edição de 1936.”

Com efeito, não são poucos os estudiosos que, comparando a versão de 1936 com a de 1948, afirmam que esta é bastante distinta da primeira. Como assinala, entre outros, Wegner (2016, p. 19), com as mudanças, a de 1948 é “(...) muito diferente da original.” Schlegel (2014; 2015) vai mais longe em sua análise: não teria existido um livro *Raízes do Brasil*, mas vários, em razão das revisões feitas pelo próprio autor. Conclui que, com as alterações, foram criados ao menos dois textos com sentidos diferentes, opostos em muitos pontos.

Em suma, com a publicação de 1948, estamos, a rigor, diante de um novo livro, ou seja, a obra ganhou um novo significado, distinto do que tinha na edição *princeps*.<sup>1</sup> Por isso, ao propor o estudo de *Raízes*, precisamos informar a versão a ser analisada.<sup>2</sup>

Destacamos ainda uma tendência bastante significativa entre seus estudiosos: sem poder ignorar que as edições a partir de 1948 são distintas da primeira<sup>3</sup>, tais autores tratam o livro como uma “obra em construção”, ou seja, que adquiriu sua forma “correta” somente

---

<sup>1</sup> Em diversos estudos, foram feitas comparações entre a primeira versão de *Raízes* e as seguintes. Examinando-se as alterações, buscou-se explicar, principalmente a partir do contexto, as razões que levaram Sérgio Buarque a promovê-las (Melo, 2016; Waizbort, 2011; Eugênio, 2011, p. 371 e segs.; Rocha, 2012; Waizbort, 2016; Feldman, 2016).

<sup>2</sup> Como nota Schlegel (2014, p. 3), de um modo geral, os estudos sobre *Raízes* não esclarecem acerca da edição examinada e, quando o fazem, revelam desconhecimento de suas alterações.

<sup>3</sup> Candido (2016) refere-se a *Raízes* como se fosse um único texto, aspecto geralmente omitido pela historiografia.

após trinta e três anos de seguidas alterações. Tendo partido de uma solução autoritária presente no texto de 1936, Sérgio Buarque teria se inclinado decididamente pela democracia.<sup>4</sup> Esse processo, em que a versão de 1948 seria o marco decisivo, somente se encerraria em 1969. Monteiro e Schwarcz (2016, p. 17) expressam essa opinião: “Obras como essa, fundamentais para se pensar o país, não surgem prontas e acabadas.” Feldman (2016, p. 41), por sua vez, assinala que o livro “(...) teve de passar por transformações antes de se tornar um clássico. Não veio ao mundo pronto (...)”. De modo geral, essa atitude mostra o empenho da historiografia relativa a *Raízes* em apagar qualquer traço que macule a trajetória política de seu autor.

A primeira edição tem, por isso, vida própria e independente. Examiná-la significa conhecer o posicionamento político de Sérgio Buarque nos anos 30. Tal é nosso objetivo neste artigo.

### 1. A caracterização de *Raízes do Brasil* como um ensaio

Em linhas gerais, para examinar a qualificação de *Raízes* como um ensaio, consultamos dois grupos de textos.

No primeiro, em ordem cronológica, estão os comentários publicados em jornais relativos à edição *princeps*. O recorte cronológico compreende os anos de 1936 a 1946. Ainda que a segunda tenha vindo à luz somente em 1948, a decisão de publicá-la data de anos anteriores. O prefácio é de junho de 1947, mas *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1946, já anunciava uma nova publicação. Ao que tudo indica, em 1946, foi publicado o último comentário relativo à primeira versão (SENNÁ, 1946).

Quanto a esse primeiro grupo, procuramos não só averiguar se a obra foi retratada como um ensaio nos comentários sobre a primeira edição, mas também se é apresentada uma definição desse gênero. Até onde constatamos, ainda que vários autores tenham utilizado essa nomenclatura, nenhum apresentou uma conceituação.

O segundo grupo é o da historiografia relativa à obra. Escolhemos os estudos cujo foco é a primeira edição, incluindo os que cotejaram ao menos as duas primeiras. De fato,

---

<sup>4</sup> Na nota à quarta edição de *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna (1987, p. 12), informando que não modifica o conteúdo dos seus livros, cita, em seu apoio, Durkheim: “Um livro tem uma individualidade que se deve manter. Convém deixar-lhe a fisionomia sob a qual ele deixou-se fazer conhecer”.

mais recentemente, alguns autores, se não se dedicaram especificamente à versão de 1936, analisaram as modificações feitas pelo autor.<sup>5</sup>

A rigor, esses estudos apareceram após o falecimento de Sérgio Buarque em 1982 e, desde então, progressivamente, o número foi aumentando e tornando *Raízes* o livro o mais examinado nas últimas décadas no Brasil.<sup>6</sup> Em muitos deles, independentemente da versão utilizada, o texto foi definido como ensaio<sup>7</sup>, mas, em geral, não se manifesta a preocupação de elucidar conceitualmente o ensaio.<sup>8</sup> Esse cuidado aparece em poucos trabalhos, como é o caso de Wegner (2006), que se propõe a analisá-lo dessa perspectiva. Alguns autores o classificam como um ensaio histórico; a exemplo de Bosi (1977), Castro (2008), Sanches (2013), Nicolazzi (2016), que o insere nos textos de síntese sociológica, e Bruno (2019). Enfim, se não constitui novidade defini-lo como ensaio, inclusive como ensaio histórico, é incomum estudá-lo como tal.<sup>9</sup>

De qualquer modo, independentemente da versão utilizada, o fato é que os estudiosos que se dispuseram a analisá-lo como ensaio o fizeram segundo uma conceituação genérica desse gênero. Wegner (2006), por exemplo, vale-se dos conceitos de Adorno e de Lukács, em vez de investigar em que consistiria um ensaio histórico. Outros foram mais longe, buscando em Montaigne e em Bacon elementos que definem um ensaio. É verdade que chamaram a atenção para as transformações operadas no entendimento deste gênero ao longo da história, mas, cabe frisar, não buscaram uma conceituação específica para o ensaio histórico.

Esse expediente acarreta, ao menos, dois grandes problemas, intimamente vinculados. Primeiro, não levar em conta sua especificidade significa não distinguir o ensaio histórico de

---

<sup>5</sup> A título de ilustração, Schlegel (2015) nota que, em uma coletânea comemorativa dos seus 70 anos, 46% dos capítulos ou tomam a edição de 1956 como o texto original ou se apropriam de comentários de terceiros que assim o fizeram.

<sup>6</sup> Eugênio (2011, p. 45) observa que “O poder de sugestão da obra de Sérgio Buarque de Holanda se revela nos estudos que lhe dedicam após a morte, ocorrida em 1982, e sobretudo a partir de meados dos anos 80, sob o estímulo do cinquentenário de *Raízes do Brasil*.” Em outra passagem, informa que *Raízes* teve um amplo reconhecimento no meio universitário sobretudo a partir da década de 80 (EUGÊNIO, 2011).

<sup>7</sup> Waizbort (2011, p. 45) afirma: “(...) as leituras prevaletentes de *Raízes do Brasil* [são] feitas, o mais das vezes com base no texto revisto (...)” Por conseguinte, as conclusões dos estudos sobre o texto modificado não podem ser estendidas à publicação original.

<sup>8</sup> Em texto sobre a literatura brasileira entre 1900 e 1945, Candido (1965, p. 157) caracteriza o ensaio e se refere “(...) àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil (...)”

<sup>9</sup> É interessante observar a quantidade de qualificativos utilizados pelos autores para se referir a *Raízes* como um ensaio: há os que o denominam de “síntese psicológica”; outros, de ensaio histórico-sociológico, ensaio de interpretação do Brasil, reflexão sociológica sobre a formação brasileira, etc. Isso revela que não há consenso entre os estudiosos quanto às características de um ensaio histórico.

obras definidas como ensaios, mas com diferenças entre si.<sup>10</sup> Segundo, não atentar para sua historicidade significa não abordá-lo como produto de dado momento histórico. Um aspecto é ressaltado por estudiosos: esse gênero manifestou-se no Brasil em uma época precisa da história brasileira — as décadas de 20 e 30 do século XX.<sup>11</sup> Certamente, não é casual que tenha surgido nesse período.<sup>12</sup> Condições históricas específicas ensejaram sua ocorrência, concedendo-lhe uma peculiaridade.<sup>13</sup>

Considerar o ensaio histórico de uma perspectiva histórica tem sua contrapartida. Com efeito, na análise, ele deve ser entendido em seu tempo, como uma maneira de se participar do debate político da época. Nesse caso, o foco deve ser a proposta política do autor e não as ideias que o levaram a ela. Não cabe, por conseguinte, criticá-lo nem por sua forma ensaística, nem por seu conteúdo, como fez Bosi (1977, p. 2) ao considerar *Raízes* e *Casa-grande* como obras servidas “(...) por uma psicologia antiquada, amante de tipologias humorais e contrastes retóricos, (...) ambas sinuosamente esquivas à dialética das classes cujos ângulos mais agudos elas encurvam, sob a mole das anotações eruditas e documentos pitorescos.” No estudo dos ensaios históricos deve-se agir de acordo com o postulado de que os meios justificam os fins. Dito de outro modo, mais do que analisar os pressupostos ou as afirmações do ensaísta, importa entender que estes foram o meio para sua defesa de determinada proposta política. É isto o que importa.

Deparamo-nos com autores que situam *Raízes* em uma longa tradição iniciada no século XIX e que teria, portanto, atravessado diferentes contextos históricos. De acordo com Sanches (2013), essa tradição remontaria ao final do século XIX: “Herdeira de uma tradição ensaística que vigora, de modo mais acentuado, desde finais do século XIX, a obra [*Raízes*] apura esse gênero da maneira mais discreta possível” (SANCHES, 2013, p. 81). Por esse caminho, é impossível apreender a especificidade do ensaio histórico.

---

<sup>10</sup> Tome-se como exemplo a obra de Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, publicada em 1933, cujo subtítulo é: “Ensaio de interpretação materialista da história brasileira”.

<sup>11</sup> Ainda que discordemos do recorte cronológico proposto por Sodré (1948, p. 4), este autor observa que teria havido “(...) uma singular floração de ensaios, uma atenção desusada pelo Brasil”, no curto período compreendido entre o declínio do movimento de 30 e os passos dados rumo Estado Novo. Botelho (2010) define o período entre as décadas de 20 e 40 como a época do que denomina “ensaísmo de interpretação do Brasil.”

<sup>12</sup> Em nosso entendimento, os ensaios históricos são: de um lado, *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, e *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e, de outro, *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Adiante explicamos as razões deste agrupamento.

<sup>13</sup> Freitas (2012), apoiando-se em Evaldo Cabral, afirma que não considera o ensaio como um gênero historicamente constituído, ressaltando que a literatura sobre o Brasil produzida na década de 30 foi uma moda intelectual que, da península ibérica, teria se transmitido ao Brasil e à América hispânica.

Os estudos que situam o gênero nas primeiras décadas do século XX — alguns o consideram como fenômeno próprio dos anos 30 — têm como referência o texto de Candido “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”, publicado pela primeira vez em alemão, em duas partes, respectivamente, em 1953 e 1955 (CANDIDO, 1965). Afirmando que o ensaio histórico-sociológico é considerado o desenvolvimento mais interessante da década de 30, o autor aponta como exemplo maior Gilberto Freyre. *Raízes*, por sua vez, é definida como “síntese psicológica” (CANDIDO, 1965, p. 148).

De nosso ponto de vista, não só são poucas as obras que podem ser entendidas como ensaios históricos, mas também, ressaltemos, entre essas poucas, existem diferenças que não podem ser desconsideradas. É possível, por exemplo, compreender *Casa-grande & Senzala* e *Populações meridionais do Brasil* nesse grupo, pois, primeiro, não são obras de reconstituição do processo histórico<sup>14</sup>; segundo, e isso é decisivo, são norteadas por uma tese, ainda que nem sempre explícita. No entanto, em certos aspectos, essas obras diferem de *Retrato do Brasil* e de *Raízes*, que reputamos como ensaios históricos em seu sentido pleno.<sup>15</sup>

Diante da inexistência de uma conceituação específica do ensaio histórico, precisamos tomar como ponto de partida o próprio texto assim denominado, ou seja, o próprio ensaio. Como caminho para a elaboração de um conceito desse gênero literário, estamos propondo uma comparação entre dois ensaios considerados históricos. Assim, poderemos identificar pontos em comum quanto à forma, fazendo, com isso, sobressair sua estrutura. Com tal procedimento, acreditamos, poderemos apreender aquilo que o define. No caso, estabeleceremos um confronto entre *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.

---

<sup>14</sup> Adiante abordaremos a distinção entre obra de história ou de reconstrução histórica e ensaio histórico.

<sup>15</sup> Para a seleção das obras que poderiam ser identificadas como ensaio histórico, analisamos um conjunto das que foram publicadas nas décadas de 20 e 30 do século XX e cujos autores as caracterizaram como ensaios. No mais das vezes, fizeram isso no subtítulo ou no corpo do trabalho, quando não nos dois. Todavia, ainda que não haja, por parte dos autores, a preocupação de conceituar ensaio, expressam, geralmente de forma implícita, um entendimento amplo e diverso do gênero. Assim, descartamos obras como as de Taunay (1920) e de Caio Prado (1933). Também descartamos *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre porque, a nosso ver, um ensaísta, justamente por manifestar uma compreensão do processo histórico no seu todo, não poderia escrever dois ensaios, focando cada um em um determinado momento da história do país. Assim, de nosso ponto de vista, somente *Casa-grande & Senzala* constitui, a rigor, um ensaio histórico.

## 2. Os ensaios históricos de Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda

*Retrato do Brasil e Raízes do Brasil* são, como explicitamos, exemplos clássicos de ensaio histórico, que se distinguem dos demais por terem uma estrutura mais bem elaborada de fundamentação de sua tese. Trataremos disso mais adiante.

Tomemos *Retrato* como modelo. Como bem acentua Nicolazzi (2008, p. 336), esse “(...) é reconhecidamente um dos mais importantes ensaios históricos escritos à época.” Além de ter sido publicado antes de *Raízes*, pode ter inspirado Sérgio Buarque.

Assim, por uma questão metodológica, começaremos a análise pela estrutura de *Retrato*, para, depois, cotejá-la com a de *Raízes*. A finalidade é apurar se os dois ensaios têm as mesmas estruturas. Ao mesmo tempo, investigaremos se suas diferentes partes cumprem idêntico papel. Reconhecemos que o procedimento ideal seria incluir na análise duas outras obras que, embora possuindo, em parte, estruturas distintas das de Paulo Prado e Sérgio Buarque, poderiam, a nosso ver, ser compreendidas, com alguma reserva, como ensaios históricos por partirem de uma tese, aspecto que distingue esse gênero literário. Todavia, por uma questão de espaço, somos obrigados a deixá-las de lado. Estamos nos referindo às obras *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, e *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

Cabe alertar, antes disso, que ambos os autores não definiram suas obras como ensaios históricos. Ao longo de seu livro, Paulo Prado descreveu-o apenas como um ensaio (PRADO, 2012). No prefácio à quarta edição, de 1931, definiu-o como “ensaio puramente filosófico” (PRADO, 2012, p. 35). Sérgio Buarque, por seu turno, não caracterizou seu escrito por ocasião do seu lançamento, vindo a fazê-lo somente mais tarde, em duas oportunidades. Primeiro, fez uma rápida menção (HOLANDA, 1952); depois, em 1967, escreveu um texto fundamental para se compreender o ensaio histórico (HOLANDA, 2008).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Segundo Nicolazzi (2008, p. 328), a expressão “ensaio histórico” dataria, no Brasil, pelo menos, do ano de 1850, quando Varnhagen escreveu um texto introdutório com o título “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil” para o lançamento de *Florilegio da poesia brasileira*. Apesar de o nome ser o mesmo, os gêneros são distintos.

### 2.1. Retrato do Brasil

Em linhas gerais, podemos afirmar que *Retrato* se divide em quatro partes, desiguais quanto à extensão, é verdade, mas com funções bastante precisas e igualmente indispensáveis.<sup>17</sup>

A primeira parte resume-se a uma constatação ou enunciado: “Numa terra radiosa vive um povo triste” (PRADO, 2012, p. 39). Trata-se de um paradoxo, já que, em uma terra radiosa, onde deveria habitar um povo alegre, vive, ao contrário, um povo triste.

A explicação para o brasileiro ser um povo triste constitui a segunda parte, igualmente curta. Poderíamos defini-la como uma tese. Paulo Prado observa que a melancolia foi legada pelos descobridores da terra, os quais a revelaram ao mundo e a povoaram, ou seja, deriva dos dois grandes impulsos que dominaram toda a psicologia da descoberta e da colonização e que, esclarece, nunca foram geradores de alegria: a sensualidade livre e infrene (Luxúria) e a ambição do ouro (Cobiça) (PRADO, 2012). Denominamos essa parte de tese por se tratar de uma afirmação que necessita demonstração.

Na terceira parte, mais longa, Paulo Prado recorre à história, retirando dela, dos acontecimentos, dos escritos da época, da legislação, etc., elementos que corroboram sua ideia de que o povoamento do Brasil foi, efetivamente, impulsionado pela Luxúria e pela Cobiça. O autor investiga separadamente cada um desses impulsos.<sup>18</sup> Em nossa opinião, o recurso à história para demonstrar a proposição é o motivo de o texto ser denominado de ensaio histórico.<sup>19</sup>

Ainda integrando essa terceira parte, consta um capítulo intitulado “A tristeza”, no qual o autor descreve o resultado dos dois impulsos: a tristeza do brasileiro. Para ressaltá-la, ele compara a colonização brasileira com a americana em uma análise que abrange três séculos do empreendimento colonial, alcançando a Independência. O resultado é bem claro: “Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A Colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto” (PRADO, 2012, p. 110).

---

<sup>17</sup> Necessário esclarecer que Paulo Prado não explicitou essa divisão do texto em partes, mas ela é patente. O reconhecimento dessa divisão constitui um aspecto decisivo em nossa análise de sua obra.

<sup>18</sup> Equivoca-se Nicolazzi (2008, p. 337) ao se referir à relação de Paulo Prado com Capistrano de Abreu, o qual, de seu ponto de vista, teria alertado o primeiro para uma série de requisitos fundamentais para um escrito historiográfico. Entendemos que o recurso à história tem a função de fundamentar a afirmação que dá início ao ensaio histórico; é seu elemento constitutivo. Estamos diante de um ensaio histórico e não de uma obra de história.

<sup>19</sup> A rigor, poderíamos entender a segunda e a terceira partes como uma só, mas optamos por manter a divisão para deixar a estrutura do ensaio mais bem evidente.

Como um arremate da ação dos dois impulsos, o Brasil fora tomado pelo romantismo: “Nesse organismo precocemente depauperado, exposto às mais variadas influências, ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico” (PRADO, 2012, p. 113). Sublinha o autor que o meio (isto é, a sociedade brasileira criada pelos dois impulsos) era propício ao ingresso do romantismo (PRADO, 2012). Esse mal, o mal do romantismo, é abordado por Paulo Prado no quarto capítulo. Representa uma espécie de coroamento de sua análise do processo de formação da sociedade brasileira.

De acordo com Paulo Prado (2012), em sua essência, o movimento romântico expressa uma visão deformadora, já que se caracteriza pelo divórcio entre realidade e artifício. Nascia o país — diz — sob a invocação dos discursos e das belas palavras que endeusavam na política o liberalismo. Segundo ele: “No Brasil, do desvario dos nossos poetas e da altiloquência dos oradores, restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo romântico da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social” (PRADO, 2012, p. 124-125).

Encerrando o capítulo e, com ele, a terceira parte, tendo considerado o período iniciado em 1840 e referindo-se aos poetas românticos, Paulo Prado retoma o mote inicial da obra: “Viveram tristes, numa terra radiosa.”

Por fim, na quarta e última parte do ensaio, intitulada “Post-scriptum”, o autor ocupa-se em explicar o meio pelo qual se romperia com a situação em que o Brasil se encontrava (um corpo amorfo que se mantinha apenas pelos laços tênues da língua e do culto). Destaca que “Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente; é necessário recorrer à cirurgia” (PRADO, 2012, p. 142). A seu juízo, existiriam apenas duas soluções para evitar o desmembramento do país e sua desaparecimento como um todo criado pelas circunstâncias históricas. Tais soluções, que classifica de catastróficas, seriam a Guerra e a Revolução. Em seguida, examina a alternativa.

Além do exame da estrutura de sua própria obra, a descrição de Paulo Prado ajuda-nos a apreender as características do ensaio histórico. Com efeito, ao comentar seu livro, ele fornece-nos uma explicação do que seria, de seu ponto de vista, um ensaio. Um dos aspectos mais importantes dessa explicação é a distinção entre Ensaio e História:

Este “Retrato” foi feito como um quadro impressionista. Dissolveram-se nas cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz na gíria do artista, das “massas e volumes” que são na composição histórica a cronologia e os fatos. Desaparecem quase por completo as datas. Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos

acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da sequência concatenada dos fatos. Procurar deste modo, num esforço nunca atingido, chegar à essência das coisas, em que à paixão das ideias gerais não falte a solidez dos casos particulares. (PRADO, 2012, p. 127. Grifos nossos).

Percebe-se que, para o autor, a história, como concebida no ensaio, ganha cores distintas da praticada em seu tempo:

Considerar a história não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã; mas como conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade. É assim que o quadro — para continuar a imagem sugerida — insiste em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato. (PRADO, 2012, p. 127. Grifo nosso).

Ele deixa evidente, portanto, que a principal distinção entre ensaio e história é que, no primeiro, não se leva em consideração a cronologia e os fatos. Menos do que a sequência concatenada dos fatos, importam no ensaio os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos. Interessa mais a subjetividade do autor do que a objetividade dos fatos. Em lugar destes, o fito é buscar no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que teriam dominado, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade.

Após o exame da estrutura de *Retrato*, inclusive da função de suas partes e da maneira como o próprio autor descreve seu livro, analisaremos a estrutura de *Raízes*, confrontando-as, a fim de verificar se suas estruturas são análogas, se as partes que as compõem são idênticas e se desempenham funções equivalentes.

## **2.2. Raízes do Brasil**

Logo no início da obra, Sérgio Buarque assinala: “(...) constituimos o unico esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européa para uma zona de clima tropical e sub-tropical” (HOLLANDA, 1936, p. 3). Essa foi uma experiência sem símile.

Paradoxalmente, esse esforço bem sucedido trouxe consequência: a de sermos “(...) ainda [à época de *Raízes*] uns desterrados em nossa terra” (HOLLANDA, 1936, p. 3). O sentimento de desterro deriva de que, com a transplantação, trouxemos “(...) de paizes distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo (...)” (HOLLANDA, 1936, p. 3). Apesar de construirmos “(...) obras excelentes, enriquecer nossa

humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até á perfeição o typo de cultura que representamos: o certo é que todo fructo do nosso trabalho ou de nossa preguiça participa fatalmente de um estylo de vida e de um systema de evoluções naturaes a outro clima e a outra paizagem” (HOLLANDA, 1936, p. 3). Em suma, somos uns desterrados em nossa própria terra porque nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo não são propriamente nossas e sim transplantadas de Portugal para o nosso solo e para o nosso clima.

O exame da estrutura de *Raízes* mostra que, em comparação com *Retrato*, tanto a divisão em partes quanto as funções que estas cumprem são idênticas, mas com uma diferença. Enquanto em *Raízes* a constatação de que o brasileiro é um desterrado em sua própria terra vem em segundo lugar, em *Retrato*, Paulo Prado inicia com a observação de que o brasileiro é um povo triste. Isto não altera, entretanto, a estrutura do ensaio histórico. Para o primeiro, a tristeza é um produto histórico: advém dos impulsos que comandaram a descoberta e o povoamento do Brasil. Para o segundo, o sentimento de desterro provém do sucesso da transplantação da cultura europeia para uma zona tropical e subtropical, também um resultado histórico.

Feldman (2016) ressalta que o parágrafo de abertura de *Raízes* é uma cifra ou chave de todo o livro, com o que concordamos: nele se encontra a questão que o norteia. Trata-se de um ponto decisivo na medida em que, de seu entendimento, deriva o do restante do livro. Daí a importância do seu debate. No entanto, nossa interpretação desse primeiro parágrafo é distinta.

Ainda que qualquer interpretação do primeiro parágrafo e, por consequência, da própria obra, decorra do posicionamento político do estudioso diante da história, deve-se ressaltar que estamos diante de um livro cuja leitura, independentemente do ponto de vista do leitor, apresenta dificuldades. Em diversas passagens, Sérgio Buarque é extremamente conciso, não se estendendo em explicações, antes sintetizando uma ideia em uma única frase. Uma dessas passagens é justamente esse parágrafo.

Nossa divergência de interpretação relaciona-se à terceira frase do primeiro parágrafo: “Trazendo de paizes distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra” (HOLLANDA, 1936, p. 3). Saliente-se que o trecho é marcado pela concisão e que a maioria dos estudiosos não viu problemas nele, não se

detendo em interpretá-lo. Citaram-no apenas, deixando transparecer que seu entendimento seria idêntico ao de hoje. Feldman foi um dos poucos a examiná-lo.<sup>20</sup>

De sua perspectiva, a passagem refere-se às doutrinas inorgânicas<sup>21</sup> e o desterro seria outra forma de nomear o mal-entendido da democracia:

Na edição *princeps*, a situação de desterro é definida pelo descompasso entre o transplante bem-sucedido da cultura ibérica para a sociedade brasileira e a equívoca pretensão da elite local de fundar uma ordem política assentada em doutrinas inorgânicas. O desterro era, àquela altura, outra forma de nomear o mal-entendido da democracia. (FELDMAN, 2016, p. 110).

Para fundamentar sua interpretação, o autor se vale de uma série de argumentos. Contesta a leitura de que a terceira frase se relaciona com a primeira, isto é, a de que o sentimento de desterro derivaria do transplante da cultura europeia. Nesse caso, haveria uma contradição entre a primeira e a terceira frases e isso apontaria para uma cultura, a um só tempo, enraizada e desenraizada.

Embora Sérgio Buarque não tenha usado uma conjunção adversativa na terceira frase, o que terá dificultado sua boa compreensão, essa frase mantém uma relação de oposição ao que vinha sendo dito no parágrafo. A cultura ibérica, exitosamente arraigada no solo brasileiro, a ponto de começar a se condensar em um novo tipo de cultura, o cordial, vinha sendo deslocada pela tentativa de implantação de uma cultura vinda de terras estranhas. A condição de desterro é complementar, e não contraditória, à “transplantação” bem-sucedida da cultura ibérica. (FELDMAN, 2016, p. 113-114).

Prossegue:

Justamente porque bem enraizada a cultura ibérica, os brasileiros se desterram ao pretenderem adotar doutrinas que negam sua tradição. Ainda que o ciclo de influências ibérico estivesse condenado, convinha recordar que a alternativa do americanismo não passaria, àquela altura, de uma “sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”. (FELDMAN, 2016, p. 114).

Defende sua interpretação:

---

<sup>20</sup> Rocha (2008) também teve esta preocupação. Vide, especialmente, a página 254.

<sup>21</sup> Doutrinas inorgânicas: doutrinas que não se ajustam aos quadros de vida de uma dada sociedade.

A interpretação aqui proposta do parágrafo de abertura do livro reforça-se com uma leitura cerrada de sua terceira frase. A afirmativa sobre o desterro é precedida por duas orações. A primeira diz respeito ao fato de que “nossas formas de vida”, “nossas instituições” e “nossa visão do mundo” sejam trazidas de “países distantes”. A segunda diz respeito ao fato de que essas formas, instituições e visão sejam mantidas em “ambiente muitas vezes desfavorável e hostil”. Lidas como uma decorrência das frases anteriores (“Todo estudo compreensivo...”; e “Sobre território que ...”), essas orações conduziriam logicamente a um dilema. Se a cultura ibérica fora enraizada com sucesso incomparável, como seria possível que o mesmo ambiente que a recebera engendrasse, concomitantemente, seu desenraizamento? E como explicar que uma região com a qual o Brasil mantinha uma “alma comum”, a Península Ibérica, fosse reduzida a “países distantes”? Lendo-se as orações da terceira frase como enunciados independentes daqueles das duas frases anteriores, chega-se a outro resultado, consistente com a interpretação que se vem propondo. As duas orações em questão não prolongam as frases anteriores, mas lhes acrescentam novas informações. Exatamente porque timbrava em manter-se em solo ibérico, a democracia liberal (mas também o positivismo, o totalitarismo e as demais importações denunciadas em *Raízes do Brasil*) enfrentava um “ambiente muitas vezes desfavorável e hostil”. Nessa leitura, soa natural a menção a “países distantes”, pois o intervalo cultural entre os dois lados dos Pirineus excedia em muito o espaço geográfico que separava o Brasil da Península Ibérica. (FELDMAN, 2016, p. 114-115).

Resume, então, sua leitura:

A chave de compreensão da terceira frase do parágrafo está no tema do “mal-entendido da democracia”. Conforme visto na seção anterior, a edição original de *Raízes do Brasil* formula uma crítica acerba à rejeição da tradição política nacional e à importação de doutrinas estrangeiras a partir do século XIX. Em particular, o escamoteamento do personalismo em favor da democracia liberal. É a essas doutrinas que o livro faz referência quando trata das “formas de vida”, “instituições” e “visão do mundo” trazidas de “países distantes”. (FELDMAN, 2016, p. 113).

Somos da opinião de que, nessa passagem, Sérgio Buarque está assinalando que o sentimento de desterro procede justamente do êxito da transplantação da cultura europeia para uma zona tropical e subtropical. O transplante bem sucedido da cultura ibérica, em vez de inviabilizar o sentimento de desterro, é exatamente condição dele. O sucesso levou-nos a participar de formas de vida, de instituições e de visão do mundo trazidas de países distantes, ou seja, de Portugal e, de certa maneira, da Espanha. Apesar do transplante ser bem sucedido — ou por isso mesmo —, tal cultura, que não era a nossa, teria se enraizado, mas os habitantes do Brasil sentiam-se desterrados porque não encontravam nela suas raízes.

Dessa maneira, consideramos que, precisamente por não ter colocado nenhuma conjunção de oposição entre as duas primeiras frases, o autor nos leva a entender a terceira como prosseguimento da ideia nelas exposta.

O segundo parágrafo reforça nossa leitura, pois nele encontramos a repetição, na mesma sequência, do que o autor havia arrolado na terceira frase do primeiro parágrafo: “(...) cumpriria averiguar até onde representamos nelle as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos” (HOLLANDA, 1936, p. 3).

Acresce que Sérgio Buarque se utiliza da palavra ainda: “Trazendo de paizes distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra” (HOLLANDA, 1936, p. 3. Grifo nosso). Ainda, aqui, significa até o presente do autor, o que comprova, mais uma vez, que ele se mantém fiel à ideia de que nunca tivemos uma cultura própria. Caso considerasse um problema contemporâneo, acreditamos que não utilizaria esse termo.

Além disso, cabe salientar que, na hipótese de aceitarmos as ponderações de Feldman, essa é a única passagem do texto na qual o autor alude à recepção de doutrinas em um ambiente hostil. Em outras passagens, quando menciona a importação de doutrinas, destaca que estas não se adequavam à índole do brasileiro e não que o ambiente lhes fosse hostil. Critica o liberalismo, por conseguinte, por não se adequar ao modo de ser do brasileiro. Na explicação de Feldman, no entanto, Sérgio Buarque entende que o liberalismo teria se deparado com um ambiente socialmente hostil. A nosso ver, na terceira frase, a referência à transplantação da cultura europeia é que, nascida em uma zona temperada, foi transplantada para uma zona tropical e subtropical, por conseguinte, hostil. Apesar disso, teve sucesso.

Outro aspecto digno de nota é que o termo desterrado é utilizado em sentido específico. Em geral, desterro/desterrado tem a ver com banimento, com pessoa que é enviada para fora de sua pátria, mas, em *Raízes*, o sentido é outro. O brasileiro é um desterrado em sua própria terra porque a cultura em que vive pertence a outras terras, a outros climas. Trata-se, pois, de um paradoxo.

Acrescentemos que, na visão de Feldman, Sérgio Buarque teria dado um enorme salto, mencionando, logo no início do livro, uma questão que somente retomaria muitas páginas adiante. De fato, no fim do primeiro capítulo, em um breve comentário, ele afirma ser inútil importar sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria um substitutivo, os quais fossem capazes de superar os efeitos do nosso natural inquieto e desordenado. Apesar

disso, é apenas no sexto capítulo, ao tratar do liberalismo, que ele aborda a questão que Feldman julga estar no primeiro parágrafo: “Trouxemos de terras estranhas um systema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam á vida brasileira” (HOLLANDA, 1936, p. 122).

Exposto o motivo do sentimento de desterro, Sérgio Buarque destaca que, antes de nos preocuparmos em resolver o problema, ou seja, de estabelecer um tipo de cultura próprio ao nosso clima e à nossa paisagem, antes de “(...) investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um typo proprio de cultura” (HOLLANDA, 1936, p. 3), “(...) cumpriria averiguar até onde representamos nelle [em nosso ambiente] as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos” (HOLLANDA, 1936, p. 3). Dessa forma, dever-se-ia investigar, primeiro, a transplantação da cultura europeia para o solo americano e até quanto representamos (ou vivemos nessa) essa cultura que herdamos.

Depois dessa investigação é que se deveria examinar a criação de um tipo de cultura próprio ou adequado aos brasileiros.<sup>22</sup> Esta constitui a razão de sua obra, assim como a de *Retrato* seria assinalar soluções para a ameaça de desmembramento do Brasil. É nesse parágrafo, portanto, que se encontra exposto o plano da obra.

A partir de então, Sérgio Buarque dedica-se a fundamentar sua proposição, ou seja, demonstrar que somos o resultado, bem sucedido e único, de transplantação da cultura europeia para as terras americanas. A comprovação de sua tese forma a terceira parte, que, de maneira similar a *Retrato*, é a mais extensa da obra. É nela que, de forma idêntica a Paulo Prado, ele mobiliza elementos extraídos do processo histórico a fim de pôr em evidência as razões do sucesso dos portugueses.

Abordando diferentes aspectos da colonização ibérica e estabelecendo um paralelo entre os empreendimentos espanhol e português, o autor sustenta que este é o único povo que teria reunido condições para o bom êxito na transplantação da cultura europeia para uma zona tropical e subtropical:

Pioneiros da conquista do tropico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, a sua maior missão historica. E, sem embargo de tudo quanto se possa e se deva allegar contra a sua obra, forçoso é reconhecer que foram não sómente os portadores effectivos, como os portadores naturaes dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para

---

<sup>22</sup> Em outra passagem, Sérgio Buarque refere-se à “(...) fôrma adequada para a nova composição social” (HOLLANDA, 1936, p. 135).

se aventurar á exploração regular e intensa das terras proximas á linha equinoxial (...). (HOLLANDA, 1936, p. 19).

Sérgio Buarque principia a parte da comprovação enumerando os pontos em comum entre os portugueses e os espanhóis: a cultura da personalidade e a carência da moral do trabalho, fundamentos do empreendimento colonial de ambos os povos. Sublinha que essas duas características redundariam em tibieza nas formas de organização social construídas pelos portugueses.

A partir de então, passa a realçar as diferenças entre esses dois povos, identificando os traços que teriam favorecido o sucesso dos portugueses no empreendimento colonial e os que teriam, em contrapartida, incapacitado os hispânicos a ter bom êxito. O âmago da explicação está em que os portugueses seguiram o que lhes ditava a Vida, a natureza, diferentemente dos espanhóis, que teriam seguido o Espírito.

Como exemplo, podemos mencionar o tema das cidades. Para ele, “(...) a habitação em cidades é, essencialmente, uma habitação anti-natural; associa-se a uma poderosa manifestação do espírito e da vontade, na medida em que estes se oppõem á natureza” (HOLLANDA, 1936, p. 59). Observando que “Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades hespanholas na America” (HOLLANDA, 1936, p. 60), afirma que “(...) o proprio traçado dos centros urbanos na America Hespanhola denuncia o esforço determinado de vencer e rectificar a fantasia caprichosa da paizagem agreste: é um acto definido da vontade humana” (HOLLANDA, 1936, p. 61).

Os portugueses, por sua vez, acompanharam o que lhes sugeria a natureza: “(...) a cidade que os portugueses construíram na America não é producto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum methodo, sempre esse abandono caracteristico, que se exprime bem na palavra ‘desleixo’ (...)” (HOLLANDA, 1936, p. 62).

Neste ponto da análise, cabe lembrar que, ao elaborar seu livro, Sérgio Buarque apoiou-se, basicamente, na filosofia de vida de Ludwig Klages (1872-1956). A respeito desse filósofo alemão<sup>23</sup>, Schwarz (1993, p. 82) afirma: “Klages coloca a oposição espírito/natureza na própria essência do homem; ele fala do espírito como antagonista da alma, entendendo por

---

<sup>23</sup> O Espírito como adversário da Vida aparece em autores com Heidegger, Nietzsche e Klages. De acordo com Carpeaux (1942, p. 2), Max Scheler descreveu Klages como “(...) um romântico que foge do mundo capitalista para a vida dos instintos. E isto é uma capitulação”. “A exaltação da Vida superior, tanto para a consciência humana quanto para a existência humana, leva diretamente a esse irracionalismo que, sob a pena de Klages, acusa o espírito de ser o adversário da alma” (ARVON, 1968, p. 10).

alma um sinônimo da vida, da natureza.”<sup>24</sup> Estudos indicam que Sérgio Buarque recorreu também a outros autores, como Weber e Nietzsche, mas, ao que tudo indica, a linha mestra do seu texto foi inspirada em Klages.<sup>25</sup>

Ao sintetizar os motivos que, a seu ver, fizeram com que os portugueses fossem exitosos, Sérgio Buarque torna evidente sua adesão à filosofia de Klages: “Assim foram nossos primeiros colonos: instrumentos passivos, sobretudo, acclimatavam-se facilmente, aceitando o que lhes sugeria o ambiente, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeleveis” (HOLLANDA, 1936, p. 26-27).

Enfim, ao listar os motivos do sucesso dos portugueses, ele expõe também sua filosofia de vida, ou o fundo de seu pensamento, a qual coincide com a de Klages: a primazia da Vida sobre o Espírito, da natureza sobre as coisas criadas.

Em seu entendimento, o empreendimento colonial português deu origem a uma sociedade de bases rurais, à família patriarcal e ao “homem cordial” — o caráter próprio do brasileiro e que constitui, em última instância, a síntese ou o coroamento de todo o processo colonial. O mundo aqui criado pelos portugueses iniciou seu declínio nos primórdios do século XIX: a vinda da família real, a Independência, a Abolição e a República são momentos desse processo que se configurou na derrocada do mundo rural e na conseqüente ascensão do mundo urbano. Dessa maneira, decaiu todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que os portugueses foram os portadores. Em síntese, encerrou-se o período em que representamos em nosso ambiente as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos. Com isso, conclui o que havia se proposto a abordar no segundo parágrafo do capítulo inicial.

---

<sup>24</sup> Na apresentação de *Tentativas de Mitologia*, comentando sua passagem pela Alemanha, Sérgio Buarque narra que havia recomeçado a ler e que havia recomeçado mal, “(...) enfronhando-me agora em filosofias místicas e irracionais (Klages, etc.), que iam pululando naqueles últimos anos da República de Weimar e já às vésperas da ascensão de Hitler” (HOLLANDA, 1979, p. 29-30). Apesar de ter dito que havia recomeçado mal, o fato é que, na entrevista dada a Manuel Bandeira, por ocasião de seu retorno ao Brasil, mostrou-se entusiasmado com Klages: “A mocidade está voltada para Klages, um nome quase inteiramente desconhecido fora da Alemanha e que dentro dela no entanto goza de enorme prestígio. (...) A filosofia de Klages é a da libertação dos instintos (BANDEIRA, 1989, p. 292-293): “Por aí assim foi o Sérgio e passou depois a falar da prática da libertação de um certo instinto na Alemanha. Brasileiros que viveis uma vida apertada, conversai com o Sérgio!” (...) A leve tendência que ele manifestava para a doutrina comunista, tendência que se dissipou ao contato da Alemanha nova, influenciada pela filosofia de Klages (...). Sérgio é da ... libertação dos instintos” (BANDEIRA, 1989, p. 293).

<sup>25</sup> “Essa ideia do triunfo do espírito sobre a vida é central para uma vertente da filosofia da vida, de pendor irracionista e conservador, com a qual Sérgio Buarque parece se alinhar, ao menos em muitos momentos” (WAZBORT, 2011, p. 57).

A dissolução instaurada no começo do século XIX somente se completou com a Abolição, quando cessaram de atuar os freios tradicionais ao advento de um novo estado de coisas. A partir de então, a vida brasileira se deslocou, transitando para a urbanocracia, que apenas então se impôs completamente.

No entanto, a derrocada do mundo rural e a ascensão do mundo urbano não trouxeram automaticamente uma nova forma de cultura, condizente com o nosso ambiente. Nas páginas seguintes, Sérgio Buarque expõe os motivos que impediram isso.

Desde a vinda da família real e a Independência, havia começado o processo de dissociação entre a nação e a vida política. Em linhas gerais, o problema derivou da tentativa de aplicar teorias, sistemas e experiências exógenas. Como destaca, “É curioso notar-se que os movimentos reformadores no Brasil partiram sempre de cima para baixo: foram assim de inspiração intelectual, tanto ou mais que sentimental” (HOLLANDA, 1936, p. 122). Comentando as conquistas liberais, ele observa: “Ellas não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado á plena maturidade. Os campeões das novas idéas esqueceram-se com frequencia de que as fórmulas de vida não são expressões voluntarias, não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ impunemente” (HOLLANDA, 1936, p. 123). Registra também que o liberalismo, um sistema completo e acabado de preceitos, elaborado em terras estranhas, foi importado para o Brasil sem que se soubesse até que ponto se ajustava à vida brasileira (HOLLANDA, 1936). Quanto à República, enfatiza: o quadro político instituído no ano seguinte à Abolição [isto é, a República] pretende responder à “(...) conveniência de uma fórmula adequada para a nova composição social” (HOLLANDA, 1936, p. 135), mas fracassa por conta da “(...) pretensão de compassar os acontecimentos pelos systemas, as leis e os programmas (...)” (HOLLANDA, 1936, p. 145). Ainda sobre esse regime, afirma: “A urbanização continua, progressiva, avassaladora, phenomeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse poderoso esteio rural, que fazia a força do regime decahido, sem lograr substituil-o por nada de novo” (HOLLANDA, 1936, p. 141). Em suma, o problema residia em que, para dotar a sociedade brasileira de uma nova cultura, os brasileiros se orientaram pelo Espírito e não pela Vida, como haviam feito os portugueses.

Criou-se, então, um quadro trágico. Apesar do aniquilamento das bases que lhe deram vida, a cultura permaneceu nitidamente ibérica graças às insuficiências do “americanismo”, que não obteve sucesso porque se resumia, em grande parte, a uma “(...) sorte de

exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fóra, exteriores á terra” (HOLLANDA, 1936, p. 137).<sup>26</sup>

Assim, o autor destaca a necessidade da constituição de uma nova cultura, própria à índole do brasileiro. Esse é o tema da quarta e última parte do livro, na qual, como havia proposto no segundo parágrafo do primeiro capítulo, ele trata da maneira como poderíamos, “(...) alimentar [criar] no nosso ambiente um typo proprio de cultura (...)”, isto é, um tipo de cultura adequado à nossa índole. Em outras palavras, quando “(...) todo fructo de nosso trabalho ou de nossa preguiça participasse fatalmente de um estylo e de um systema de evoluções naturaes (...) próprios do nosso clima e da nossa paisagem” (HOLLANDA, 1936, p. 3)<sup>27</sup>, deixaríamos de ser uns desterrados em nossa própria terra.

Sua intenção não foi oferecer uma solução prática para essa questão, cuja ausência, equivocadamente, alguns comentadores, como Milliet (1936), notaram à época do lançamento da obra. Mucio Leão (1936), insatisfeito com o último capítulo, sugeriu que o autor escrevesse outro livro, no qual abordasse as questões tratadas sucintamente na primeira versão.

Entre os estudiosos, destacamos Wegner (2016, p. 23), que aceitou a ideia de que haveria mesmo a ausência de um fecho programático, mas não o fez de maneira crítica. Colocando-o sob uma luz favorável, interpretou essa ausência como uma atitude de Sérgio Buarque, um posicionamento político seu. “Não afirmar como o Estado deve se organizar é se dirigir para o espaço público, para os cidadãos que ousam pensar o país e a si mesmos, e não para os intelectuais que se viam como participantes do processo de *state-building*”.

Na verdade, Sérgio Buarque não poderia propor soluções, pois isto contrariaria sua filosofia de vida. Ao longo do livro, ele condenou tanto a importação de teorias, sistemas e experiências quanto a elaboração de tudo isso, isto é, qualquer produção do Espírito. Limitou-se a sugerir o único meio que, em seu entender, poderia levar à constituição de um tipo de cultura adequado ao brasileiro. Esta questão é apresentada no último capítulo de *Raízes*, intitulado “Nossa revolução”, mais acentuadamente no parágrafo final. Antes de analisarmos

---

<sup>26</sup> A época compreendida entre o declínio das bases que sustentava o mundo rural, com a emergência da urbanocracia, e a época em que Sérgio Buarque publica *Raízes*, caracteriza-se por uma situação *sui generis*. Predominam ainda aspectos do mundo rural, mas as bases da existência são urbanas, sem que se constituísse uma cultura própria dessa nova situação.

<sup>27</sup> Ainda que seja comum entre os estudiosos de *Raízes* a afirmação de que a preocupação de Sérgio Buarque era com a modernização do país (WEGNER, 2006; FELDMAN, 2016), o fato é que não encontramos na edição de 1936 qualquer passagem que nos leve a concordar com ela.

esse tema, consideraremos algumas questões que julgamos pertinentes para a compreensão do ensaio histórico.

### 3. Um interregno: exigência metodológica para a análise do ensaio histórico

O estudo comparativo entre as obras de Paulo Prado e Sérgio Buarque revelou que suas estruturas são semelhantes, o que nos leva a inferir que o ensaio histórico possui uma forma específica que o distingue dos demais tipos de ensaios. No ensaio histórico, a forma determina o modo de apresentar o conteúdo, o que torna impossível que analisemos apenas o conteúdo, sem considerar a forma. Portanto, *Raízes* é incompreensível quando não se leva em conta sua forma.<sup>28</sup> Mais do que isso, o estudo comparativo das duas estruturas nos induz a afirmar que a forma do ensaio histórico constitui um verdadeiro roteiro para seu entendimento.

É verdade que Wegner (2006), em seu estudo de *Raízes* como um ensaio, observa: “(...) como tal, suas teses só podem ser compreendidas levando em consideração a sua forma. Deste modo, procuro interpretar seu *conteúdo* no mesmo ato em que discuto a sua *forma* (...)” Concordamos com o autor, já que, a nosso ver, o ensaio histórico possui uma forma à qual o conteúdo se encontra submetido. Todavia, afastamo-nos dele quando, na sequência, afirma que, para decifrar a forma, valeu-se de três analogias visuais. Por meio delas, teria entendido como Sérgio Buarque construía sua narrativa. As conclusões a que chega esse autor levam-nos a verificar que, em síntese, ele trata da forma de *Raízes* como algo específico da obra e não da estrutura dos ensaios históricos em geral.

Ao se examinar a obra de Sérgio Buarque como um ensaio histórico podem-se evitar os equívocos que cometeram estudiosos que não a examinaram assim. De fato, determinadas passagens dão a impressão de que o autor julgava alguns aspectos da sociedade brasileira de uma perspectiva negativa.

Por exemplo, após ter salientado que os portugueses, ao contrário de espanhóis e holandeses, não tentaram se impor à terra, mas obedeceram a natureza, isto é, a Vida, ele afirma: “Nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado, apenas revolvido aqui e ali, frequentemente, pelas lutas entre facções, entre regionalismos e entre

---

<sup>28</sup> Praticamente todos os estudiosos de *Raízes* assim procederam, não considerando a forma. Uma exceção é Wegner (2006, p. 337), que assinala: “(...) procurar compreender um pouco a forma como o livro foi elaborado pode ajudar a melhor entender suas teses (...)” No entanto, baseia-se em conceitos que não são específicos do ensaio histórico.

famílias poderosas, que se disputavam a preeminência ou que tinham contas a ajustar” (HOLLANDA, 1936, p. 32).

Para Sérgio Buarque, o fato de a sociedade brasileira ser um organismo amorfo e invertebrado constitui algo positivo.<sup>29</sup> Comprova o sucesso dos portugueses precisamente por seguirem o que lhes ditava a Vida. O predomínio da cultura da personalidade e a carência da moral do trabalho resultaram na tibieza das formas de organização e na nossa anarquia, no praticamente inexistente princípio de hierarquia. A exploração dos trópicos não se configurou como um empreendimento metódico e racionalizado, tendo prevalecido o tipo aventureiro. Da ausência quase completa do orgulho de raça, necessariamente resultaria uma sociedade não estruturada, não hierarquizada, mas amorfa e invertebrada.<sup>30</sup>

É impossível ter-se esta percepção quando se analisa *Raízes* apenas por seu conteúdo. Eugênio (2011), por exemplo, observa que diversos trechos nos quais o autor se refere à característica amorfa da sociedade brasileira parecem contrariar sua formulação de que o Brasil, como todas as coisas, possui uma forma. Considerando esse trecho em particular, ele explica que essa aparente incongruência aparece porque o autor abandonou a perspectiva organicista e adotou a sociológica, sendo levado a ter uma opinião negativa deste caráter: “Do ponto de vista racionalizado e metódico, a sociedade brasileira não era mais que um organismo amorfo” (EUGÊNIO, 2011, p. 349).

Note-se ainda que, ao longo de *Raízes*, Sérgio Buarque faz comentários sobre aspectos da sociedade brasileira que não poderiam ser feitos em uma obra de história ou de interpretação histórica. São observações que expressam o ponto de vista do autor, não sendo aceitas por isso em uma obra de história, cujo objetivo é narrar, da perspectiva da concepção de história do autor, determinados processos. O ensaísta, além de expor a história segundo sua tese, faz comentários justamente para acentuar sua filosofia de vida.

Assim, não podemos caracterizar o livro de Sérgio Buarque como interpretação da história do Brasil, como leitura do Brasil etc., como se costuma fazer. Estas são denominações próprias de uma obra de história, mas não de um ensaio histórico. No caso, não temos uma

---

<sup>29</sup> Também Paulo Prado caracteriza a Colônia como um corpo amorfo, mas de uma perspectiva realmente negativa. “Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A Colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto” (PRADO, 2012, p. 110).

<sup>30</sup> Como assinala Sérgio Buarque, os primeiros colonos foram instrumentos passivos — o que também vê como positivo —, aclimatando-se facilmente, aceitando o que era sugerido pelo ambiente, sem procurar impor normas fixas e indelévels. Além disso, afirma que o domínio europeu no Brasil foi em geral brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos e mais conforme à lei da natureza.

interpretação do processo histórico, já que sua apresentação do processo histórico encontra-se subordinada à tese do ensaísta. Não se descreve, por conseguinte, o conjunto do processo histórico, mas apenas um aspecto, uma parte delimitada pela tese.

Paulo Prado, por exemplo, diante da multiplicidade de dados, selecionou apenas aqueles que comprovavam sua tese. Não reconstituiu, por conseguinte, o processo histórico brasileiro, expondo apenas os aspectos que comprovavam sua ideia de que o processo foi comandado pela Luxúria e pela Cobiça. Do mesmo modo, Sérgio Buarque apresenta não uma visão do processo histórico em sua totalidade, mas apenas aquela que patentearia os traços dos portugueses que os teriam levado a obter êxito em sua empreitada. Em suma, a tese baliza a descrição do processo histórico.

Um elemento para entendermos melhor a natureza do ensaio histórico é apresentado pelo próprio Sérgio Buarque. Em conferência ministrada na Escola Superior de Guerra, em 1967, ele falou de *Raízes* como uma “(...) interpretação nova do Brasil, fundada largamente, como tantas outras que lhe antecederam ou sucederam, em argumentos extraídos não só da história de nosso país, como das formas de convívio, as instituições, as ideias, de que seríamos herdeiros” (HOLANDA, 2008, p. 619).

Nessa mesma conferência, definindo seu livro como um ensaio, ele contrapôs esse gênero à história: “A diferença está nisto, principalmente, que em 1936 escrevia eu como ensaísta: mais tarde iria melhor definir-me como historiador” (HOLANDA, 2008, p. 619). Acrescenta, em passagem decisiva: “Um ensaísta bem pode permitir-se escolher, entre mil aspectos que lhe propõe o estudo do passado, aqueles que julgue os mais estimáveis ou simpáticos, e ainda os que o ajudem a bem armar suas teorias pessoais, quando as tenha” (HOLANDA, 2008, p. 619). Prosseguindo, traça um paralelo entre o ensaísta e o historiador:

Não é o conhecimento histórico o que, de fato, lhe interessa, mas aquilo a que alguém já denominou o descobrimento do “passado utilizável”. Ora, nada mais longe das preocupações que hão de mover um historiador. Mesmo admitindo que deva existir nas sociedades humanas algum fundo comum e permanente, ele saberá que só por meio de simplificações ilusórias e traiçoeiras lhe seria dado reduzi-lo a um esquema suficientemente unitário para comandar o presente”. (HOLANDA, 2008, p. 619. Grifo nosso).

O próprio autor patenteia, portanto, que *Raízes* não é uma interpretação do Brasil e, por conseguinte, que ele não pode ser definido como um intérprete do Brasil.<sup>31</sup>

Analisemos mais algumas diferenças fundamentais entre o ensaio histórico e o livro de história. O primeiro permite que, ao contrário do historiador, seu autor participe diretamente do debate político, já que apresenta uma solução para um problema colocado de antemão. É precisamente isto que leva um autor a escrever um ensaio histórico. Paulo Prado, por exemplo, participou do debate defendendo que, diante dos problemas brasileiros, as duas únicas soluções eram a Guerra e a Revolução. É verdade que o historiador também participa politicamente, mas de forma indireta, já que expõe uma interpretação do processo histórico. Além disso, o ensaísta entra no debate com um texto no qual, com base em uma constatação, apresenta uma tese, demonstra-a por meio da história e conclui, necessariamente, com uma proposta. Sob este aspecto, um ensaio histórico é um texto “fechado”: caso se aceitem suas premissas, é obrigatório se admitir sua conclusão.<sup>32</sup>

Tendo como ponto de partida determinadas premissas e um desenvolvimento lógico do texto, o ensaio histórico não comporta ambiguidades, como pretende parte da historiografia ao comentar *Raízes*.<sup>33</sup> Sérgio Buarque não foi ambíguo, caso contrário não poderia concluir logicamente sua obra, como veio a fazer: a formulação presente na quarta parte é um desfecho concatenado com o que formulou ao longo das três primeiras partes, como ainda discutiremos.

Destaque-se, além do mais, que, ao optar por escrever um ensaio histórico, Sérgio Buarque não agiu arbitrariamente ou seguiu um modismo ou uma tradição. Sua eleição por esse gênero literário, mesmo que “instintiva”, derivou do entendimento de que esta seria a maneira adequada para defender seu ponto de vista ou sua posição política nas condições históricas e políticas então existentes.<sup>34</sup> Enfim, não estava interessado simplesmente em elaborar uma interpretação do Brasil. Pretendia defender determinadas convicções políticas e,

---

<sup>31</sup> Do mesmo modo, o Sérgio Buarque de 1936 não pode ser definido como historiador, mas como ensaísta. Cavalcante (2008, p. 141), ao descrever *Raízes* como uma obra de história, de certo modo, contraditoriamente, define um ensaio histórico: “Em seu texto inaugural como historiador estão ausentes as preocupações com a fatalidade histórica, a narrativa dos acontecimentos e o estabelecimento de uma causalidade mecânica ou meramente temporal, fundada numa história em que o que aconteceu depois explicaria o que ocorrera antes.”

<sup>32</sup> Em nosso entendimento de ensaio histórico não cabe a compreensão de ensaio de Monteiro (2008, p. 353), que afirma: “O ensaio como forma não responde, provoca; não resolve, discute; não fixa, antes desloca.”

<sup>33</sup> “A consulta à edição *princeps* revela uma grande ambiguidade do autor em relação ao passado” (FELDMAN, 2016, p. 127). Também Waizbord (2011) menciona as muitas ambiguidades do texto.

<sup>34</sup> Por “instintiva” pretendemos significar que a escolha de um autor nem sempre é feita de maneira consciente, mas ditada por circunstâncias históricas e políticas.

dessa maneira, conscientemente ou não, escolheu o ensaio histórico. Como ainda veremos, foi o militante modernista em ação.

Por fim, examinemos seu objetivo ao escrever *Raízes*. Ele se encontra explicitado no último capítulo, intitulado “Nossa revolução”: responder ao que havia colocado logo no início da obra, ou seja, como “(...) alimentar no nosso ambiente um typo proprio de cultura (...)”. Em outras palavras, como obter, em nosso ambiente, uma cultura que nos fosse própria. Deixaríamos, por fim, de ser uns desterrados em nossa própria terra.<sup>35</sup>

#### 4. “Nossa revolução”: a inserção de Sérgio Buarque no debate político na década de 30.

Partidário da Vida em oposição ao Espírito, para tratar da questão da aquisição de uma cultura própria à sociedade brasileira, Sérgio Buarque não adota uma posição radical. Não estabelece uma oposição absoluta entre a Vida e o Espírito. Admite, ao contrário, a necessidade de criações do Espírito para a sociedade:

É claro que a necessidade de bôa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessaria a criação de certos preceitos obrigatorios e de sancções efficazes. Em tempos mais ditosos do que o nosso a obediencia áquelles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, espontaneamente e sem esforço. (HOLLANDA, 1936, p. 147).

Dessas criações, encara como imprescindível o Estado, que anteriormente notara não se tratar de um prolongamento da Família.

O Estado, ao contrario do que presumem alguns theoricos, não constitue uma ampliação do circulo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particulares, de que a familia é o melhor exemplo. Não existe, entre o circulo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLLANDA, 1936, p. 93).

Contestando a afirmação de que o Estado e suas instituições descenderiam em linha reta e por simples evolução da Família, Sérgio Buarque os concebe como formas pertencentes a ordens distintas — o Estado, Espírito; a Família, ordem natural, isto é, Vida. Não existe, desse modo, um prolongamento entre ambos; é somente pela superação da ordem doméstica e familiar que nasce o Estado.

---

<sup>35</sup> Estudiosos, como Feldman (2013), costumam afirmar que Sérgio Buarque se preocupava com a modernização do país. No entanto, não encontramos na primeira edição de *Raízes* nada que aduza a esta hipótese.

No entanto, para Sérgio Buarque, a questão não se esgota simplesmente na conveniência do Estado, mas diz respeito a uma forma específica dele, qual seja, a condizente com a índole do brasileiro.

O Estado, entre nós, de facto, não precisa e não deve ser despotico — o despotismo condiz mal com a doçura de nosso genio — mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solícitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos paes ibericos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Elle pôde conquistar por esse meio, e só por elle, uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensavel que as peças de seu mecanismo funcçionem com certa harmonia e com garbo. O Imperio brasileiro realizou isso em grande parte. (HOLLANDA, 1936, p. 142).

Prossegue:

A aureola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporaneos, resulta quasi exclusivamente do facto de ter encarnado um pouco esse ideal. A imagem de nosso paiz que vive como projecto e aspiração na consciencia colectiva dos brasileiros não se pôde desligar muito do espirito do Brasil imperial. (HOLLANDA, 1936, p. 142).

A inclinação de Sérgio Buarque pelo Império, mais precisamente pelo Segundo Império, não é algo novo. Dois textos, ao menos, são exemplos disso: “Ariel”, de maio de 1920 (HOLLANDA, 1989) e “Viva o Imperador”, de junho de 1920 (HOLLANDA, 2011). Além da simpatia pelo Império e da correspondente antipatia pela República, encontramos no primeiro texto a crítica aos brasileiros por imitar outras nações, importando ideias e sistemas, sem levar em conta sua índole: “É caso digno de nota que quando uma nação atraída pela grandeza ou pelos progressos de outra pertencente a raça diversa da sua é levada a imitar sem peias, seus traços característicos e nacionais, procura assimilar especialmente as qualidades nocivas e as menos compatíveis com a sua índole” (HOLLANDA, 1989, p. 43).<sup>36</sup>

Ainda em “Ariel”, encontramos o elogio ao Império e a crítica à República. Após censurar o hábito do brasileiro de macaquear tudo quanto é estrangeiro, o único hábito, segundo ele, que não tomamos de nenhuma outra nação, comenta:

---

<sup>36</sup> Destaque-se que, do ponto de vista de Sérgio Buarque, o Império foi criado seguindo a Vida, não sendo uma importação de sistemas, experiência, etc., trazidos de outras terras. O Império estava concorde com a vida rural.

Arraigou-se de tal forma esse hábito em nossos patrícios que já antes de expirar entre nós o regime ao qual devemos 70 anos de prosperidade, os propagandistas devam como principal razão a favor do novo regime, a da exceção na América! Entretanto, a nação que, pelos seus progressos, conseguiu atrair melhor a simpatia do governo e do povo brasileiro foi justamente a menos digna de nossas simpatias, a mais imprópria para ser imitada; foi a república dos Estados Unidos. Foi essa simpatia e consequentemente essa imitação, que criou em nós uma atração infrene pelo utilitarismo *yankee*. Um outro fator que influiu sobremodo para o desenvolvimento do utilitarismo no povo brasileiro e dessa nossa tendência natural para imitar tudo que é estrangeiro, foi a importação do regime republicano. A Strauss não passou despercebida a superioridade da monarquia sobre a república, na formação e no desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade. (HOLANDA, 1989, p. 43-44).

Reforçando sua posição, insiste que devemos buscar nosso caminho não na imitação, mas conforme nosso temperamento.

Seja qual for a causa, o certo é que o utilitarismo mais do que o de qualquer outro, já dominou o espírito do povo norte-americano. O nosso caminho a seguir deverá ser o mais conforme o nosso temperamento. Não possuímos a atividade, a disposição a certos trabalhos, de modo tão acentuado, como os habitantes das terras frias.

O utilitarismo yankee não se coaduna absolutamente com a índole do povo brasileiro, que não tem semelhança alguma com a do norte-americano, da qual é o extremo oposto. (HOLANDA, 1989, p. 44. Grifo nosso).

Para ele, “(...) a índole de um povo não se modifica tão facilmente à simples ação de agentes externos. Demais, as nossas condições climatéricas impediriam que isso se desse” (HOLANDA, 1989, p. 45). Por fim, conclui: “O nosso *desideratum* é o caminho que nos traçou a natureza, só ele nos fará prósperos e felizes, só ele nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos. E o caminho que nos traçou a natureza é o que nos conduzirá a Ariel, sempre mais nobre e mais digno do que Caliban” (HOLANDA, 1989, p. 46).

Evidentemente, a maneira como julga esses temas faz parte do posicionamento político expresso em seus textos de estreia, ampliado por sua adesão ao modernismo e reelaborado com base na incorporação das ideias de Klages. Seu encontro com este autor não alterou sua trajetória intelectual: a filosofia do pensador alemão veio a se somar às suas ideias. Há aí uma sequência lógica.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> O irracionalismo, uma das características da filosofia de Klages, já orientava Sérgio Buarque por ocasião da sua militância modernista. Em sua *História concisa*, Bosi (1976, p. 342) estabelece um vínculo entre o modernismo e o irracionalismo: “Falando de um modo genérico, é a sedução do *irracionalismo, como atitude*

Vimos que Sérgio Buarque, simpático ao Império, era um crítico da República. Assinala, por isso, que, ao contrário de um Estado próximo do que foi o Imperial, prevalecia um aparelhamento político “(...) que se empenha em desarmar todas as expressões genuínas e menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda a espontaneidade nacional”, referindo-se, evidentemente, ao regime instaurado em 1889 (HOLLANDA, 1936, p. 144).

Entendendo o Estado como o aspecto exterior da forma social, observa: “O essencial de todas as manifestações, das criações originais como das coisas fabricadas, é a *forma*. A realização completa de uma sociedade depende de sua forma” (HOLLANDA, 1936, p. 160). No entanto, não será “(...) pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo schemas sábios e de virtude provada (...)” Contudo, isso não é suficiente, pois “(...) ha de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreductível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio *rythmo* espontâneo, á lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa” (HOLLANDA, 1936, p. 160-161). Em síntese, o autor advoga a existência de um mundo de essências íntimas que a razão ou o espírito era incapaz de apreender.<sup>38</sup> Em outros termos, expressa sua defesa do irracionalismo, que, como vimos, já havia sustentado por ocasião de sua militância modernista.<sup>39</sup>

Essa filosofia, defendida como caminho para dotar os brasileiros de uma cultura condizente com sua índole, já fazia parte do universo ideológico de Sérgio Buarque desde a época do modernismo.<sup>40</sup> Como exemplo da sua adesão a essa filosofia podemos mencionar “Perspectivas”, artigo publicado em 1925 na revista *Estética*, fundada por Prudente de Moraes, neto, e por ele próprio. Ele foi, seguramente, o porta-voz da ala mais radical do modernismo, patenteando o comprometimento dos fundadores com o surrealismo e, por

---

*existencial e estética*, que dá o tom aos novos grupos, ditos modernistas, e lhes infunde aquele tom agressivo com que se põem em campo para demolir as colunas parnasianas e o academismo em geral.”

<sup>38</sup> Cabe lembrar que Paulo Prado, modernista e ensaísta, referiu-se a uma história que procurasse “(...) no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade” (PRADO, 2012, p. 127).

<sup>39</sup> Em artigo de 1922, Sérgio Buarque enumera, entre as características do que denomina uma nova era literária, “(...) a tendência ao idealismo, para o irreal, para o misterioso, o simbólico” (Holanda, 2000, p. 37). Há que ressaltar que, em sua fase modernista/surrealista, Sérgio Buarque, junto com Prudente de Moraes, neto, “(...) realizou experiências de escrita automática aos moldes dos surrealistas” (WEGNER, 2006, p. 336).

<sup>40</sup> Em texto de 1940, abordando o tema da poesia e do surrealismo, Sérgio Buarque escreve: “O verdadeiro, o autêntico poeta para os surrealistas era aquele que sabia alcandorar-se nos sublimes balbucios do subconsciente, a ponto de poder dispensar a colaboração da inteligência discriminadora e discursiva” (HOLLANDA, 1996, p. 271).

consequente, com a crítica à razão. Esse texto, um dos mais significativos dessa época, tem a seguinte frase inicial: “As palavras depositaram tamanha confiança no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar as costas” (HOLANDA, 1989, p. 65), o que lembra muito a frase com que André Breton abriu seu Manifesto Surrealista, publicado um ano antes: “Tamanha é a crença na vida, no que a vida tem de mais precário, bem entendido, a vida *real*, que afinal esta crença se perde.”

A simpatia dos fundadores da *Estética* pelo surrealismo foi assinalada por Marques (2013). Em seu estudo sobre as revistas do modernismo no Brasil, ele menciona, primeiro, as discussões estéticas entre os diretores da *Estética* e Mário de Andrade, que não os acompanhava “(...) em seu entusiasmo pelo Surrealismo” (MARQUES, 2013, p. 45). Adiante, informa que “(...) a *Estética* insistiu em considerar a obra de arte como expressão do inconsciente e das intuições do seu criador” (MARQUES, 2013, p. 108).<sup>41</sup> Avelino Filho (1987, p. 35), citando trecho de “Perspectivas”, comenta:

Outro aspecto importante da trajetória de Sérgio neste período [da revista *Estética*] é o seu interesse, novamente tendo Prudente como companheiro, pelo surrealismo. Na sua luta contra o caráter racionalista e formal da cultura brasileira, defende a liberação do inconsciente como fonte de criação artística. Em artigo intitulado “Perspectivas”, aponta a palavra, ou qualquer outro tipo de representação fixa do real, como negação formal, ainda que não menos eficiente, da própria vida.

Em carta resposta a Mário de Andrade, que havia criticado o artigo “Perspectivas”, por meio de missiva endereçada a Prudente de Moraes, neto, Sérgio Buarque escreve: “Tudo isso, você vê está muito longe do super-realismo. Não nego, entretanto, que ele tenha exercido sobre mim uma grande influência (...)” (MONTEIRO, 2012, p. 72).<sup>42</sup>

Retornando ao artigo “Perspectivas”, observamos que, apesar do que o autor escreveu a Mário de Andrade, o texto está claramente marcado pelo surrealismo: “A gente começa a admirar-se de que uma porção de civilizações tenha enxergado incessantemente na letra qualquer coisa que não seja uma negação da vida — negação formal, está claro, mas nem por isso menos eficiente” (HOLANDA, 1989, p. 65). Adiante: “Os homens que sentiram nitidamente essa ausência do princípio de vida, essa atmosfera irrespirável que nos propõem as formas inteligíveis, já mandam ao diabo tudo quanto possa preencher um termo, tudo

<sup>41</sup> “(...) o Modernismo brasileiro (...) perseguiu quase sempre tendências avessas ao racionalismo (...)” (MARQUES, 2013, p. 110).

<sup>42</sup> Cabe ainda destacar o anti-intelectualismo em Sérgio Buarque, ressaltado por Waizbord (2011).

quanto caiba entre as quatro paredes de um pensamento comunicável ou expresso” (HOLLANDA, 1989, p. 65-66).

Por fim, em *Raízes*, Sérgio Buarque, descrevendo a sociedade formada pelos portugueses, assinala a presença do elemento irracional, afirmando que o peculiar da vida brasileira por essa época “(...) parece ter sido uma accentuada singularidade energica do affectivo, do passional, do irracional, e uma estagnação, ou antes um afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, discriminadoras, racionalizadoras (HOLLANDA, 1936, p. 32-33. Grifos nossos).

Já apontamos que o autor descobriu Klages quando esteve na Alemanha. Não há indícios de que o conheceu anteriormente, mas quando se deparou com sua filosofia de vida, estava “preparado” para recebê-la em razão de sua trajetória pregressa. Seu encontro e a sua identificação com a filosofia de Klages não foi algo fortuito. Partidário de doutrinas irracionalistas, Sérgio Buarque estava propenso a aceitar as ideias do pensador alemão. Deste modo, para a redação de *Raízes*, para formar o fundo da sua filosofia, haviam confluído questões tratadas desde sua estreia no jornalismo em 1920.

Retornando à análise do último capítulo, salientamos que Sérgio Buarque considera o que denominou “mundo de essências mais íntimas” como o elemento fundamental da sociedade. De sua perspectiva, a oposição entre o Estado e a ordem natural deveria se resolver em um contraponto, é verdade, mas, para que o quadro social fosse coerente consigo mesmo, sustenta que “Ha uma única economia possível e superior aos nossos calculos e imaginações [isto é, ao Espírito] para compor um todo perfeito de partes tão antagonicas.” Entende, portanto, que “O espirito não é uma força normativa, salvo onde póde servir á vida social e onde lhe corresponde.” Ou seja, as criações do Espírito, como o Estado, devem estar a serviço da vida social. Conclui, então, “As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congenito a ella e della inseparavel: emergem continuamente das suas necessidades especificas e jamais das escolhas caprichosas” (HOLLANDA, 1936, p. 161. Grifo nosso).

Como podemos constatar, para a criação de uma cultura própria à sociedade brasileira, o autor reconhece, por um lado, a necessidade do Estado, criação do Espírito, mas, por outro, entende existir um mundo, caracterizado por ele como de essências íntimas, o qual constitui a parte fundamental da sociedade e, portanto, deve ser priorizado. Finalmente, não entende que tudo isso deveria ocorrer por meio da ação humana, racional, consciente, mas espontaneamente. Para tanto, bastaria seguir o que aconselhasse a natureza, a Vida, dito de

outro modo: não renunciar ao nosso ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, trocando-os por um compasso mecânico e uma harmonia falsa, ou seja, por algo criado pelo Espírito.

### **Considerações finais**

Nossa proposta, neste artigo, foi examinar como Sérgio Buarque se colocou diante das questões da sua época ao publicar *Raízes do Brasil*.

Se, por um lado, uma obra é o resultado do posicionamento político de seu autor, por outro, ela expressa também a maneira determinada pela qual ele participa do debate político de sua época. Para analisar essa participação, precisamos levar em conta o meio pelo qual ela se efetiva.

No caso de Sérgio Buarque, esse meio foi o ensaio histórico, o que, por si, é extremamente elucidativo. Em que pese uma obra de história também expressar o posicionamento político do autor, ela não comporta uma conclusão nos moldes do ensaio histórico. Dessa perspectiva, a obra de história é uma obra “aberta”, que permite ao leitor chegar a uma conclusão própria. No caso do ensaio histórico, a conclusão ou a proposta é dada pelo autor. Cabe ao leitor apenas aceitá-la ou recusá-la.

Com a publicação de *Raízes*, Sérgio Buarque participou do debate político da época e deixou claro que o meio de alcançarmos uma forma social não seria o da importação, ou mesmo da elaboração, de sistemas, de doutrinas, de experiências, etc., mas sim o da criação espontânea, ditada pela Vida. Esta emergiria do mundo das essências íntimas. Por conseguinte, o meio não seria o da razão. Doutrinas como o liberalismo, o socialismo, o fascismo, o integralismo, o nazismo não atenderiam às necessidades do povo brasileiro. Em suma, o autor defendeu o irracionalismo como maneira de alcançarmos uma forma social própria à nossa índole.

Embora a publicação de *Raízes do Brasil* seja encarada como uma novidade, tanto por se tratar do primeiro livro de Sérgio Buarque quanto pela forma que ele adotou, um ensaio histórico, o fato é que a obra não inaugurou propriamente uma fase nova em sua trajetória. Conhecido até então como jornalista, crítico literário e militante modernista, ao publicar seu livro, ele mudou de patamar em seu empenho por difundir sua filosofia de vida já presente, em parte, na década de 20. A mudança ocorreu na forma de luta: ele deixou de expor essa filosofia por meio do debate de questões de natureza estética, em que a política se exprimia apenas indiretamente, e adotou uma forma de manifestação direta.

*Raízes do Brasil* constitui uma reação às transformações sociais e políticas que estavam em curso na Europa desde as últimas décadas do século XIX, mas que se acentuaram no seguinte. A ascensão do movimento operário e do socialismo, a expansão do marxismo, a Revolução Russa, etc. são aspectos dessas transformações. O Brasil não estava desligado desse mundo. Industrialização, movimento operário, greves, etc. provocaram respostas as mais variadas para conter seus desdobramentos políticos, tanto no exterior como no Brasil. Uma delas foi exatamente o desenvolvimento do irracionalismo, que teve nas artes um campo extremamente frutífero, empolgando parcelas significativas do movimento modernista.

Destas respostas faz parte justamente a crítica ao liberalismo, pela incapacidade de dar conta do agravamento dos conflitos sociais, especialmente entre Capital e Trabalho. Não por acaso, o liberalismo foi considerado uma espécie de porta de entrada do socialismo. Sintomaticamente, tivemos no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, um grande número de pensadores que fizeram da crítica ao liberalismo um dos pilares de sua doutrina. É exatamente nesse contexto que *Raízes do Brasil* veio à luz.

### Referências

AMARAL JUNIOR, A. Carta ao autor de “Raízes do Brasil”. **Dom Casmurro**, 28 de outubro de 1937, p. 2.

ARVON, H. **George Lukacs ou Le Front populaire en littérature**. Paris: Edition Seghers, 1968.

AVELINO FILHO, G. As Raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos Cebrap**, n. 18, setembro de 1987.

BANDEIRA, M. Introdução. BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. Publicada originalmente em: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1931.

BARRETO, P. Livros Novos. Sergio Buarque de Hollanda: Raízes do Brasil (Livraria José Olympio, Rio, 1936 (...)). **O Estado de S. Paulo**, sábado, 31 de outubro de 1936, p. 3.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 1976.

BOSI, A. Um testemunho do presente. MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1977.

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 22, n. 1, junho de 2010.

BRUNO, D. M. *Raízes do Brasil* como “palimpsesto”: uma releitura do ensaio histórico da cultura brasileira, por hipótese. **Opinião Filosófica**, s. 1., v. 10, n. 2, 2019.

CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização: Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Texto escrito em 1967 e publicado na edição de *Raízes* de 1969.

CARPEAUX, O. M. O poeta Dostoievski. **Correio da Manhã**, 06 de setembro de 1942, p. 1-2.

CASTRO, C. P. de. Motivos ibéricos, pretextos literários. Aspectos modernistas de *Raízes do Brasil*. MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

CAVALCANTE, B. História e Modernismo: herança cultural e civilização nos trópicos. MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

EUGÊNIO, J. K. **Ritmo espontâneo**: organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.

FELDMAN, L. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, junho de 2013.

FELDMAN, L. **Clássico por amadurecimento**: estudos sobre *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FREITAS, R. S. de. Mórbido exercício de ajustar contas com o passado. **Ciência Hoje**, São Paulo, n. 9, junho de 2012. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/ensaios-de-interpretacao-do-brasil/>>. Acessado em: 12 de abr. de 2020.

FREYRE, G. Documentos Brasileiros. In: HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª edição. São Paulo: Global, 2004.

HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

HOLLANDA, S. B. de. Depois da Semana II. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 02 de março de 1952.

HOLANDA, S. B. de. Apresentação. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, S. B. de. Ariel. In: BARBOSA, F. de A. (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. Texto originalmente publicado na *Revista do Brasil*, São Paulo, no. 53, maio de 1920.

HOLANDA, S. B. Perspectivas. In: BARBOSA, F. de A. (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

HOLANDA, S. B. Poesia e Crítica. **O espírito e a letra: estudos e crítica literária 1, 1902-1947: v. I**. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, S. B. de. ... Il Faut des Barbares. In: BOAVENTURA, M. E. (Org.). **22 por 22: A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

HOLANDA, S. B. de. Elementos básicos da nacionalidade: o homem. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro/RH: EdUERJ, 2008. Texto data de 1967.

HOLANDA, S. B. de. Viva o Imperador. In: COSTA, M. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos: livro I, 1920-1949**. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011.

HOLANDA, S. B. de. Prefácio da 2ª edição. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização: Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEÃO, M. Registro literário. Sérgio Buarque de Holanda. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Livraria José Olympio Editora. 1936. *Jornal do Brasil*, sábado, 07 de novembro de 1936, p. 8.

MARQUES, I. **Modernismo em revista**. Estética e ideologia nos periódicos dos anos 1920. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

MELO, A. C. Mudança em ritmo próprio. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização: Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MILLIET, S. **Raízes do Brasil. O Estado de S. Paulo**, quarta-feira, 18 de novembro de 1936, p. 4.

MONTEIRO, P. M. Uma tragédia familiar. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro/RH: EdUERJ, 2008.

MONTEIRO, P. M.; SCHWARCZ, L. M. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica.

Organização: Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NICOLAZZI, F. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado.** Porto Alegre: UFRS, tese de doutorado, 2008.

NICOLAZZI, F. *Raízes do Brasil* e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil.** Colônia e Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. [1933]

PRADO, P. **Retrato do Brasil.** Ensaio sobre a tristeza brasileira. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROCHA, J. C. de C. O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro/RH: EdUERJ, 2008.

ROCHA, J. C. de C. *Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema.* In: MARRAS, S. (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.

SENNA, H. No Prelo e nas Livrarias, Atividades Literárias, “Raízes do Brasil”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1946, p. 3.

SANCHES, D. **Entre "formas hesitantes e bastardas":** ensaísmo, modernismo e escrita da história em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

SCHLEGEL, R. As metamorfoses do Estado nas edições de *Raízes do Brasil*. **38º Encontro Anual da ANPOCS.** GT 28 – PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL, 2014

SCHLEGEL, R. Raízes ibéricas: o lugar de Sérgio Buarque de Holanda no pensamento latino-americano dos anos 1930. **VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP) Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

SCHWARZ, T. **Irrationalisme et humanisme:** critique d’une idéologie impérialiste. Lausanne: Raison Dialectique. L’Age d’Homme, 1993.

SODRÉ, N. W. Vida literária. **Raízes do Brasil, Correio Paulistano**, São Paulo, 19 de fevereiro de 1948, p. 4.

SOUSA, O. T. de. Vida Literaria. **O Jornal**, domingo, 06 de dezembro de 1936, p. 3, coluna “Vida Literaria”, sob a responsabilidade de Octavio Tarquinio de Sousa.

TAUNAY, A. de. **São Paulo nos primeiros anos**: ensaio de reconstituição social; **São Paulo no século XVI**: história da vila piratiningana. São Paulo: Paz e Terra, 2003. [1920]

VASCONCELLOS, W. de. Documentos Brasileiros. **Correio da Manhã**, domingo, 08 de novembro de 1936, p. 2.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Populações meridionais do Centro-Sul. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WAIZBORT, L. O mal entendido da democracia. Sérgio Buarque de Hollanda, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, junho de 2011.

WAIZBORT, L. *Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização: Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WEGNER, R. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização: Ricardo Benzaquen Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEGNER, R. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre rio de Janeiro e São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, 2016.